

Rascunho de artigo para a Conferência Africa Knows.

**Painel:** History of Education in Africa (initiated by Paris – URMIS) A02

**Fernanda Marques**

**Cabo Verde – Locanacionalizar o global na educação**

### **Resumo**

Num tempo de profunda mudança do mundo, acelerada pela pandemia do COVID19, será urgente revolucionarmos as aprendizagens e “trazermos o futuro para o presente” da Escola, de Cabo Verde, um pequeno estado arquipelágico e saheleano com cerca de 520 500 habitantes metade dos quais está na faixa etária 0-24 anos, transformando as dificuldades em oportunidades.

Com base numa análise documental para o período de 1975 a 2015, dos fluxos e ideologias subjacentes à ajuda pública ao desenvolvimento, e numa experiência pessoal, de trinta anos, dedicada ao sistema educativo cabo-verdiano, procuro caminhos que possam conduzir à construção de um novo paradigma de ensino aprendizagem na escola pública.

Após a independência do arquipélago, em 1975, o sistema educativo cabo-verdiano adota o modelo estrutural geral do antigo colonizador misturado com os diferentes contributos e orientações de uma ajuda pública ao desenvolvimento da educação. O investimento feito desde a independência ao nível dos recursos humanos particularmente na formação de professores, em infraestruturas, programas, planos de estudo, currículos e manuais traduz-se em indicadores “confortáveis”.

Será o momento de locanacionalizar o sistema educativo revolucionando as relações entre a academia nacional e as práticas locais no quadro contemporâneo global da ajuda pública ao desenvolvimento da educação.

Não será a locanacionalização do global uma forma de descolonização do conhecimento?

**Palavras-chave:** Cabo Verde; educação; políticas públicas; ajuda pública ao desenvolvimento; glonacal; e lonabal.

### **Abstract**

In a time of deep change in the world, accelerated by the pandemic of COVID19, it will be urgent to revolutionize learning and “bring the future to the present” of the School in Cabo Verde, a small archipelagic and sahelean state with about 520,500 inhabitants, half of whom are in the 0-24 age group, transforming difficulties into opportunities.

Rascunho de artigo para a Conferência Africa Knows.

**Painel:** History of Education in Africa (initiated by Paris – URMIS) A02

**Fernanda Marques**

**Cabo Verde – Locanacionalizar o global na educação**

Based on a documentary analysis for the period from 1975 to 2015, of the flows and ideologies underlying public development aid, and on a personal experience, of thirty years, dedicated to the Cape Verdean educational system, I look for ways that can lead to the construction of a new teaching-learning paradigm in public schools.

After the independence of the archipelago, in 1975, the Cape Verdean educational system adopted the general structural model of the former colonizer, mixed with the different contributions and guidelines of public aid for the development of education. The investment made since independence in terms of human resources, particularly in the training of teachers, in infrastructure, programs, study plans, curricula and manuals, translates into “comfortable” indicators.

It will be the moment to locanationalize the educational system, revolutionizing the relations between the national academy and local practices within the contemporary global framework of public aid for the development of education.

*Is the locanationalization of the global a way towards decolonization of knowledge?*

**Keywords:** Cape Verde; education; public policies; public development assistance; glonacal; and lonabal.



*Fernanda Marques* - Nascida a 04 de Agosto de 1957.

Investigadora correspondente do CHAM - Universidade Nova de Lisboa  
[http://www.cham.fesh.unl.pt/invdet.aspx?inv=FP\\_0771](http://www.cham.fesh.unl.pt/invdet.aspx?inv=FP_0771).

Assistente Graduada da Faculdade de Educação e Desporto/ Universidade de Cabo Verde na situação de Reformada desde Dezembro de 2017.

Ministra da Educação e Desporto – do VIII Governo da Republica de Cabo Verde (Abril 2011 a Março 2016);

Ministra do Ensino Superior, Ciência e Cultura do VII Governo da Republica de Cabo Verde (Março 2010 a Março 2011);

Seminário em gestão e administração de ensino superior em Xi'an (Xian Jiao Tong University - China). (2006);

Curso de formação avançada (CFA) integrado no Doutoramento em Ciências da Educação na especialidade de Administração Educacional do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa;

Mestre em Literatura e Cultura Africanas de Língua Portuguesa– da FCHS UN Nova de Lisboa – Portugal –, com a tese "Análise do Ensino Básico Caboverdeano"(2000/03);

Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Portugal (1981/85);

Rascunho de artigo para a Conferência Africa Knows.

**Painel:** History of Education in Africa (initiated by Paris – URMIS) A02

**Fernanda Marques**

**Cabo Verde – Locanacionalizar o global na educação**

## **1. Introdução**

O sistema educativo cabo-verdiano poderá alterar o rumo da sua história revolucionando as relações da academia nacional com as práticas locais no quadro contemporâneo global da ajuda pública ao desenvolvimento da educação.

Este trabalho pretende ser uma etapa da linha de investigação direcionada a “Futuro(s) e Escola” analisando o percurso histórico feito por Cabo Verde, no domínio da educação, nas primeiras quatro décadas da sua soberania.

Nesta etapa apresentamos o país, um pequeno estado arquipelágico e saheano, com cerca de 520,500 habitantes metade dos quais na faixa etária 0-24 anos; as formas inevitáveis de comunicação do seu sistema educativo com o Mundo do pós independência a 2015; e a aparente oportunidade de locanacionalização sistémica da educação.

É urgente trazer o futuro para o presente da Escola caboverdeana e a pandemia do COVID19 poderá ser o pretexto para a revolução necessária.

## **2. Cabo Verde<sup>i</sup>**

Cabo Verde nasceu há pouco mais de quinhentos anos, constituindo-se a partir de África e da Europa. Mulheres e homens desses dois continentes cruzaram as suas tradições e os seus corpos fazendo surgir uma nova nação (1460) num arquipélago desabitado situado a 455 quilómetros do Senegal na costa ocidental africana.

O arquipélago funcionou durante a época escravocrata como plataforma de chegada e partida das rotas Africana, Americana e Europeia, servindo de estufa a diversas espécies animais e vegetais nos seus trânsitos entre continentes.

Para o desempenho desse papel eram necessárias competências que foram sendo desenvolvidas numa sociedade que se constituiu com conhecimento da escrita.

A escrita pouco generalizada mas muito necessária a uma Europa extravasante do seu espaço geográfico e todo um conjunto de habilidades ancestrais de uma África,

Rascunho de artigo para a Conferência Africa Knows.

**Painel:** History of Education in Africa (initiated by Paris – URMIS) A02

**Fernanda Marques**

**Cabo Verde – Locanacionalizar o global na educação**

subitamente invadida e esvaziada de homens, foram elementos importantes para a sistematização da transmissão espontânea de saberes no arquipélago.

Arriscamos afirmar que Cabo Verde se formou de diásporas permanentes; no século XV de fluxos humanos da África e da Europa, que se fixaram por diferentes razões e deram origem a um novo povo, que de imediato se “lança”, nesse mesmo século, pelos “<sup>ii</sup>rios da Guiné do Cabo Verde<sup>iii</sup>”. No final do século XVIII, corre para a América, atrás das baleias. No século XX: sai para a Europa, substituindo uma mão-de-obra que aí escasseava e em busca de conhecimento, por períodos curtos correspondentes à aquisição de um diploma de estudos superiores; é contratado coercivamente para Angola, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe; foge facilmente pelo Senegal espalhando-se pela “costa abaixo<sup>iv</sup>”; é colocado, na administração dos territórios ultramarinos de Portugal, pela lógica de gestão colonial do Império.

Cabo Verde torna-se um Estado independente a 05 de Julho de 1975, passando auto reguladamente do modelo unipartidário para o pluripartidário pela via eleitoral da democracia ocidental em 1991.

A partir deste desenho rápido gostaria de sublinhar que:

- a) Cabo Verde se constitui como povo/nação a partir de 1460<sup>v</sup> data da sua identificação pelo conhecimento português/europeu;
- b) A formação da sociedade caboverdeana conta com o conhecimento da escrita;
- c) A necessidade de comunicação entre os povos aportados às ilhas, africanos e europeus, os primeiros trazidos do continente africano pelos segundos, terá determinado o nascimento de uma nova língua, um crioulo, que permitiu a comunicação entre os falantes do português e do diola, fula, balanta, mandinga, manjaco, mancanha, pepel.
- d) A independência de Cabo Verde acontece no período da “guerra fria” em que o mundo ocidental e particularmente África se dividia entre dois pólos ideológicos representados pelos Estados Unidos da América e a União Soviética (uma versão moderna de quinhentos em que o mundo desconhecido dos europeus foi dividido entre Espanha e Portugal, pelo Tratado de Tordesilhas<sup>vi</sup>).

Rascunho de artigo para a Conferência Africa Knows.

**Painel:** History of Education in Africa (initiated by Paris – URMIS) A02

**Fernanda Marques**

**Cabo Verde – Locanacionalizar o global na educação**

### **3. Inevitabilidades de comunicação/Mundo: a História e o tempo das políticas públicas de educação em Cabo Verde no pós independência.**

A inserção geocronológica<sup>vii</sup> do estado caboverdeano no sistema mundial terá permitido, à nação, e ao seu sistema educativo “ (...) a intensificação crescente de relações globais (económicas, científicas, tecnológicas e comunicativas) de interação e intercâmbio, por um lado, e por outro, a construção de visões do mundo e horizontes de referência fora de cenários nacionais sócio culturais específicos (...)” (Schriewer e Martinez, 2004,p.33)<sup>viii</sup>.

Em Janeiro de 1975 o Governo de Transição cria o Ministério de Educação e Cultura, utilizando a estrutura patrimonial, material e humana da Direcção Provincial da Educação.

Com a Independência, em Julho de 1975, surge o Ministério de Educação, Cultura, Juventude e Desportos que dá prioridade à Universalização da Educação em simultâneo com o início de estudos que adaptem o Sistema Educativo à nova realidade do Estado/Nação.

O *Encontro Nacional de Quadros* de 1977 produz a primeira reestruturação do sistema que incide maioritariamente no ensino básico, por imperativo da ajuda publica ao desenvolvimento da educação que privilegia a instrução básica.

As conclusões da avaliação, do Plano de Desenvolvimento da Educação 1982-85 elaborada, pela Divisão do financiamento para a educação da Unesco – Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura –, em 1986, permitem a conclusão dos Estudos de Pré-Investimento para a Reforma do Sistema Educativo que possibilitam a assinatura de Acordos de Crédito com o Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento e permitirão concretizar os Projetos de Reestruturação e Expansão do Sistema Educativo.

É aprovada a primeira Lei Orgânica do Ministério da Educação, em 1987 e a Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1990. Uma segunda Lei de bases é aprovada em 2010 e reestruturada em 2018.

Cabo Verde, até 2015<sup>ix</sup>, realiza 3 reformas no sistema educativo, a primeira em 1975/77, com a mudança do paradigma de gestão do Estado, que promove: a melhoria

Rascunho de artigo para a Conferência Africa Knows.

**Painel:** History of Education in Africa (initiated by Paris – URMIS) A02

**Fernanda Marques**

**Cabo Verde – Locanacionalizar o global na educação**

do acesso ao ensino e o aumento da frequência escolar; o investimento em campanhas de alfabetização de adultos e simultânea diminuição das taxas de analfabetismo; a alteração de programas de ensino e; a reformulação de Manuais Escolares.

A segunda Reforma, em 1990, regulada pela Lei de Bases do Sistema Educativo prevê a reorganização do sistema em fases de dois anos e o alargamento da escolaridade básica de 4 para 6 anos.

A terceira Reforma, de 2010, reformula a lei de Bases de 1990, com enfoque entre outros no: alargamento da escolaridade básica de 6 para 8 anos; acesso precoce, a partir da educação pré-escolar e do ensino básico, de línguas estrangeiras; acesso progressivo de todas as crianças à educação pré-escolar; uso das tecnologias de informação no processo educativo; reenquadramento do ensino superior, mediante a reestruturação dos ciclos de estudos (estudos superiores profissionalizantes, licenciatura, mestrado e doutoramento); realce, da investigação e inovação, da língua, da cultura e das identidades nacionais; elevar do grau académico, a licenciatura, dos professores do ensino básico.

As políticas públicas da educação caboverdeana processaram-se na teia de relações do Glonacal (global<sup>x</sup> – nacional<sup>xi</sup> - local<sup>xii</sup>), o que equivale a dizer que o seu desenvolvimento se processou em plena abertura relativamente às políticas transnacionais de educação, acopladas à ajuda pública ao desenvolvimento, e às necessidades objetivas de cariz nacional e local.

Cabo Verde está representado em todos os momentos decisivos para a definição de políticas mundiais sobre educação, adotando a nível nacional os princípios mundiais:

Em 1990, em Jomtien na Tailândia, aprova o *Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem* na Conferência Mundial sobre Educação para Todos (EPT); em 2000, em Dakar no Senegal está presente na Cúpula Mundial de Educação assinando a *Declaração de Dakar: Educação para Todos*; em 2015, em Incheon na Coreia do Sul, assina o compromisso: *Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos*; e em Paris, França ainda em 2015 aprova o Marco de Ação para o programa “Educação 2030” *Repensar a Educação rumo a um bem comum mundial* na 38<sup>a</sup>. Conferência Geral da Unesco.

Rascunho de artigo para a Conferência Africa Knows.

**Painel:** History of Education in Africa (initiated by Paris – URMIS) A02

**Fernanda Marques**

**Cabo Verde – Locanacionalizar o global na educação**

Cabo Verde compromete-se com os dezassete **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Meta 2030** e particularmente no referente ao sistema educativo com o **Objetivo 4: *Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.***

O investimento feito no sistema educativo caboverdeano, desde a sua independência, ao nível dos recursos humanos particularmente na formação de professores, em infraestruturas, em programas, planos de estudo, currículos e manuais traduz-se em indicadores “confortáveis”<sup>xiii</sup>.

Poderemos reter que:

- a) A estrutura sistémica da educação caboverdeana do pós independência evoluiu a partir da organização colonial pré-existente;
- b) A organização do sistema educativo enquadra-se na tipologia de organização mundial;
- c) Os indicadores de escolarização básica, secundária e de alfabetização situam-se no padrão mundial, sendo dos melhores nas suas regiões geográfica (África Ocidental) e linguística (PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).

#### **4. A locanacionalização do global será um imperativo deste momento histórico.**

As políticas transnacionais da ajuda pública ao desenvolvimento, da cooperação multi e bilateral, realizam um percurso Glonacal em Cabo Verde. No concernente á educação, percebemos que a lógica de definição das políticas transnacionais/globais, transferidas para as nações e suas “localidades” se desenha com maior nitidez a partir de 1990, data em que se reúnem todos os países agregados às Nações Unidas, em Jontiem, para se discutir a educação no mundo e lançar-se a iniciativa <sup>xiv</sup>EPT, decorridos doze anos sobre Alma-Ata<sup>xv</sup>, que reunira esses mesmos países com o foco na saúde, que assume que sem educação não haverá saúde.

Passados quarenta e dois anos sobre Alma-Ata e três décadas sobre Jontiem, estamos a viver um momento histórico, com a Pandemia do COVID19, que afeta ricos e pobres,

Rascunho de artigo para a Conferência Africa Knows.

**Painel:** History of Education in Africa (initiated by Paris – URMIS) A02

**Fernanda Marques**

**Cabo Verde – Localizar o global na educação**

tornando os pobres ainda mais pobres, fazendo com que a união da educação à saúde continue a ter total e imperioso sentido.

Cabo Verde, pequena nação arquipelágica e saheliana com 45 anos de idade como estado independente, desenvolveu o seu sistema educativo a partir da estrutura sistémica colonial no arco das decisões globais, nomeadamente das Nações Unidas nos seus múltiplos programas, agências e fundos<sup>xvi</sup>, de um alargado leque de outras organizações multilaterais e do conjunto dos países com quem manteve relações bilaterais de cooperação e ajuda ao seu desenvolvimento.

Esta decisão política, que se manteve de formas distintas nos diferentes governos da república, foi o suporte para o investimento feito na educação que se reflete numa eficácia interna do sistema atrativa para os investidores da ajuda pública ao desenvolvimento.

No momento presente em que por via do COVID19 todas as interrogações se colocam sobre as melhores práticas e em que a Escola é alvo de grandes interrogações pensamos que seria a oportunidade de revolucionar os conteúdos de aprendizagem e a gestão sistémica escolar.

Jontiem, Dakar e Incheom são marcos evolutivos e tiveram e têm o valor de comprometimento dos países para o investimento na educação.

A nível transnacional os países do norte os “ricos” assumem a responsabilidade de financiamento enquanto os países do sul do mundo os “pobres” se comprometem a utilizar os recursos recebidos nos seus sistemas educativos de acordo com a planificação global.

O que constatamos é que malgrado a real transformação do panorama educativo do mundo a Escola enfrenta enormes desafios e situando-nos no nosso alvo – Cabo Verde – verificamos que houve uma criteriosa utilização da ajuda pública ao desenvolvimento da educação, alcançaram-se resultados estatísticos bastante positivos mas persistem dificuldades de ligação entre a Escola e o Trabalho, entre o Saber e o Saber Fazer.

Se nos debruçarmos sobre os currículos escolares percebemos que houve uma alteração de conteúdos no pós independência, houve uma modificação discursiva sobre os objetivos das aprendizagens, mas a estrutura curricular manteve-se. A mesma constituição em disciplinas, a mesma organização espacial com alterações ao nível da



Rascunho de artigo para a Conferência Africa Knows.

**Painel:** History of Education in Africa (initiated by Paris – URMIS) A02

**Fernanda Marques**

**Cabo Verde – Localizar o global na educação**

pedagogia. Avolumam-se as disciplinas e a discussão da importância, do número de horas e das hierarquias é um circuito fechado.

Percebemos que a linha de construção glonocal do sistema educativo caboverdeano foi positiva, mas temos a percepção de que tem que haver uma rutura que permita uma dinâmica local, em que o local e nacional selecionem rentavelmente a oferta global/transnacional.

A Escola caboverdeana tem que poder incorporar competências desenvolvimentistas aos seus currículos e planos de estudo. O local tem que ser objeto de continuada investigação da academia nacional permitindo assim uma retroalimentação do conhecimento sem eliminar a importância da ligação ao conhecimento transnacional.

A Universidade de Cabo Verde (UniCV)<sup>xvii</sup> é uma instituição pública com competências para, sozinha ou com as Universidades privadas existentes no país, desenvolver um papel decisivo na revolução sistémica da educação caboverdeana.

Podemos dizer que Cabo Verde:

- a) Acompanhou os movimentos transnacionais de “Educação Para Todos” e “Rumo a uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos”
- b) Desenvolveu o seu sistema educativo no arco das metas transnacionais;
- c) Poderá aperfeiçoar a ligação Academia ↔ Escola.
- d) Tem massa crítica capaz de produzir a revolução necessária a uma Escola promotora de desenvolvimento.

## 5. Conclusão

A educação é sem dúvida um dos processos de socialização que mais convoca futuros. Uma criança que entre em 2020 para o pré-escolar com 3 anos terá 33 em 2050 e se nunca reprovar no seu percurso escolar chegará ao 12º ano com 17 anos de idade em 2034.

A saúde dos sistemas educativos do mundo há muito que inspira cuidados e se vêm desenvolvendo experiências, um pouco por todo o planeta, no sentido de otimizar o

Rascunho de artigo para a Conferência Africa Knows.

**Painel:** History of Education in Africa (initiated by Paris – URMIS) A02

**Fernanda Marques**

**Cabo Verde – Locanacionalizar o global na educação**

conhecimento mais útil a veicular pela Escola bem como das melhores formas de a gerir. A realidade global vivida com a COVID19 intima as sociedades e os países à reinvenção da Escola com celeridade acrescida.

Nesta linha de pensamento com recurso a tecnologias livres<sup>xviii</sup> construí e fui, em percurso, aprendendo a utilizar uma ferramenta de inquérito, que me permitiu perceber qual a opinião de um grupo heterogéneo de respondentes sobre a instituição escolar e com a qual obtive os resultados que coloco em Anexo 1 como primeira abordagem ao tema Futuro(s) e Escola de que a locanacionalização do global na educação caboverdeana é uma etapa.

Cabo Verde poderá (ou não) fazer a revolução sistémica da “sua” educação necessária à locanacionalização de saberes e competências numa relação dinâmica com a realidade global.

A nossa proposta de trabalho pretende alterar a lógica das disciplinas para áreas de conhecimento, centradas na construção de competências, das crianças e jovens numa dinâmica de investigação/ação assumida pela Academia e por uma governação política do setor educativo empenhada na equidade social.(Anexo 2)

As áreas de conhecimento, linguístico, artístico, científico incorporam todas as “novas” inquietações temáticas que vão sendo vertidas na já longa carga curricular.

As preocupações sobre a paz, os direitos humanos, o ambiente, o empreendedorismo e todas as que avulsamente vão integrando as disciplinas serão o núcleo central da aprendizagem a partir do pré-escolar.

Deveremos trabalhar cenários que revolucionem o sistema educativo e tenham como foco o século XXII. Não! Não me enganei, quis dizer exatamente vinte e dois. O que parece aconselhável considerando que a criança que entra no pré-escolar neste ano de 2020 estará em plena idade produtiva a meio do século XXI, em 2050, com 33 anos.

**Não será a locanacionalização do global uma forma de descolonização do conhecimento?**

Rascunho de artigo para a Conferência Africa Knows.

**Painel:** History of Education in Africa (initiated by Paris – URMIS) A02

**Fernanda Marques**

**Cabo Verde – Locanacionalizar o global na educação**

## ANEXO 1

### **Inquérito – Futuro(s) e Escola**

#### Leitura dos resultados

O inquérito foi aberto no início de Julho, 2020, e fechado a 23 dos mesmos mês e ano. Utilizámos o formulário do Google.

Dos 84 inquéritos, enviados por correio electrónico e messenger, 60 pessoas responderam, o que corresponde a 71% de adesão ao questionário.

Dessas sessenta pessoas: 58,3% (35) estão entre os 51 e os 70; 33,3% (20) entre os 31 e 50 anos; e 8,3% (5) tem mais do que 70 anos. Sendo 55% (33) femininas e 45% (27) masculinos, com uma escolaridade percentual de 58, 28, 8, 5 e 1 respetivamente em mestrado, licenciatura, doutoramento, ensino secundário e pós graduação.

Destas sessenta pessoas, 85% Consideram a interrupção provocada pela COVID19 uma oportunidade e 12% uma fatalidade. Os restantes 3% distribuem-se por seis opções de resposta livre mas que se enquadram nas duas opções propostas ou sejam: acontecimento trágico, oportunidade para se resignar e desafio. Há uma referência a ser cedo demais para emitir opinião.

46,7% Consideram a reestruturação dos sistemas educativos a forma de aproveitar a oportunidade provocada pela COVID19; 38,3% Pensam ser as reformas; e 28,3 admitem serem as revoluções. Existem 6 respostas livres que consideram: aprendizagem, não existir preparação em CV, adaptações, dependência do estádio e sem opinião.

75% Consideram que as políticas públicas devem ter prioridade na governação nacional; 46,7% Que devem ter estreita ligação às políticas sociais; e 1,7% devem ter subalternização às políticas económicas. Existem cinco respostas livres que consideram: a ligação entre as 3 opções propostas, gestão descentralizada, enquadramento sociocultural.

60% (36 respostas)<sup>1</sup> Considera que a investigação sistémica da educação deve estar a cargo da Universidade Pública; 40% (24 respostas) do Ministério que se encarregue da Educação; e 25% (15 respostas) da consultoria privada nacional e ou internacional;

Rascunho de artigo para a Conferência Africa Knows.

**Painel:** History of Education in Africa (initiated by Paris – URMIS) A02

**Fernanda Marques**

**Cabo Verde – Locanacionalizar o global na educação**

Foram criadas mais 10 opções de resposta que variam desde (6) envolvimento de todos à implicação das universidades de forma geral (4).

Com relação à produção de currículos e programas de estudo, 63% consideram que devem ser produzidos pelo Ministério encarregue da Educação, 43% pela Universidade Pública, 28% por consultoria privada nacional; 5% por consultoria internacional e dez respostas diferentes em opções criadas pelos respondentes que se distribuem entre: profissionais competentes na área da educação, Ministério da Educação a liderar equipas de peritos, contribuição de várias proveniências, simbiose de intervenientes conglomerada pelo Ministério encarregue da Educação, Universidade Pública, consultoria privada nacional e ou internacional. Foram consideradas mais do que uma opção nas respostas.

Em sete características de currículo propostas nomeadamente: i) Protagonismo do aluno; ii) Personalização da aprendizagem; iii) Multidisciplinaridade; iv) Tecnologia informacional; v) Desenvolvimento holístico; vi) Consciência sustentável e; vii) Articulação com a comunidade, o grupo de respondentes considera a multidisciplinaridade como a característica de maior peso; seguindo-se a articulação com a comunidade; e a par imediatamente a seguir o desenvolvimento holístico e a consciência sustentável; em quinto lugar a tecnologia informacional; sexto lugar para a personalização da aprendizagem e em sétimo e último o protagonismo do aluno.

A transformação das disciplinas em áreas de conhecimento mereceu avaliação positiva com aceitação a 90%; 5% consideraram-na negativa e os restantes 5% correspondendo a 5 respostas foram distribuídas entre não ter conhecimento para responder, a necessidade de articulação e depender do nível de ensino.

Quanto à atual organização, dos percursos escolares, mais ou menos universal, em creche, pré-escolar, primário, secundário e terciário respetivamente dos zero aos dois, três aos cinco, seis aos treze, catorze aos dezassete e a partir dos dezoito anos de idade, ser adaptada às necessidades do mundo contemporâneo, 46% consideram que sim, 40% que não e foram criadas 12 respostas alternativas distribuídas entre necessidade de flexibilidade, de adaptação a necessidades específicas e adaptação e adequação.

**Fernanda Marques**

**Cabo Verde – Localizar o global na educação**

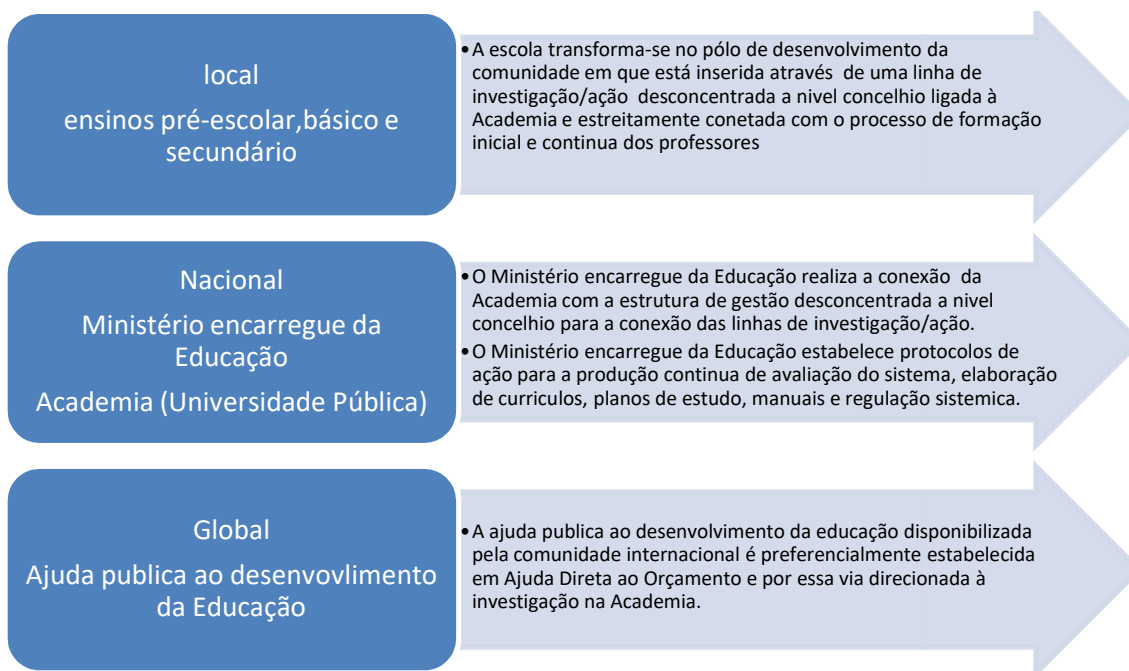
Dentro do que será mais útil a escola transmitir designadamente: i) Competências; ii) Valores; iii) Conhecimento e; iv) Informação. A maioria considerou de maior utilidade a escola transmitir competências, seguindo-se valores, conhecimento e informação.

Quanto ao aluno ser o ator central de todo o processo de aprendizagem, 84% consideram que sim, o que é de alguma maneira contraditório com as respostas à questão relativa às características do currículo que colocam o protagonismo do aluno em 7º lugar das sete opções referenciadas. 8,5% Acham que talvez, 3% acham que não deve. Foram criadas 4 opções que consideram que deve ser aluno e professor, deve participar e não deve ser ator central.

Parece-nos poder concluir que num grupo, heterogéneo em idade, sexo e habilitações académicas, de sessenta pessoas existe abertura para alterar a lógica das disciplinas em áreas de conhecimento, centradas na construção de competências, das crianças e jovens numa dinâmica de investigação/ação assumida pela academia e por uma governação política do setor educativo empenhada na equidade social.

Este grupo também considera a atual crise sanitária mundial instalada pela COVID19 uma oportunidade para se realizarem reestruturações.

**ANEXO 2**



Rascunho de artigo para a Conferência Africa Knows.

**Painel:** History of Education in Africa (initiated by Paris – URMIS) A02

**Fernanda Marques**

**Cabo Verde – Localizar o global na educação**

### Referências bibliográficas

1. Afonso, A. (2003). Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. *Revista Brasileira de Educação*, nº 22, Rio de Janeiro.
2. Afonso, N. (1994). *A reforma da administração escolar; a abordagem política em análise organizacional*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
3. Albuquerque, L.& Santos, M.E.M. (coord.) (2001). *História Geral de Cabo Verde*, Centro de Investigação Científica Tropical, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Tropical, Cabo Verde, Praia.
4. Benavente, A. (2001). Portugal 1995/2001: Reflexões sobre democratização e qualidade na Educação Básica, *Revista Iberoamericana de Educación*, Sept-Dec, nº 027, OEI, Madrid.
5. Carvalho, M.A. (2007). *A construção Social do Discursivo Educativo em Cabo Verde (1911-26), Um Contributo para a História da Educação*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Praia.
6. Charlot, B. (2006). A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área do saber. *Revista Brasileira de Educação*, v.11, nº 31, Jan./Abr.
7. E Silva, A. L. C. (2004). *Cabo Verde. Combates pela História*. Spleen – Edições, Praia.
8. DE Sernaclens, P. (2000). *Maitriser la mondialization – la régulation sociale internationale*, Paris, Presses de Sciences Politiques.
9. Delvaux, B. (2007). “L’action publique, ou analyser la complexité”, *Know&Pol, Knowledge and Policy in education and health sectors, Literature review*, June, (part 4), 61-92.
10. Évora, R., (2004). *Cabo Verde. A abertura política e a transição para a democracia*. Spleen – Edições, Praia.
11. Gabinete de Estudos (Ministério da Educação e Ensino Superior de Cabo Verde) (2006) *Cooperação Internacional, Conceitos*. Departamento de Cooperação.
12. Lopes, J. V. (2003). *Cabo Verde. As causas da independência (e O estado e a transição para a democracia na África Lusófona)*. Spleen – Edições, Praia.
13. Ministério da Educação e Ensino Superior de Cabo Verde (2006) *Políticas e Estratégias*.
14. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de Cabo Verde (2006). *Relatório de Estratégia de Saída de Cabo Verde dos PMA*.
15. Morin, E., *Os sete saberes para a educação do futuro*. (2002). Instituto Jean Piaget. Horizontes Pedagógicos. Lisboa.
16. Muller, P., (2005). “Exquisse d’une théorie du changement dans l’action publique. Structures, acteurs et cadres cognitifs”. *Revue française de Science politique*, vol. 55, nº1, février, p. 155-187, Presses de Sciences Po.
17. Nóvoa, A. (2001). O Espaço público de educação: imagens, narrativas e dilemas. In AA.VV. *Espaços de Educação. Tempos de Formação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

18. Nóvoa, A. (2002). Ways of Thinking about Education in Europe. In Nóvoa, A. e Lawn, M. (eds.). *Fabricating Europe. The Formation of an Education Space*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp. 131-151.
19. Pasquino G., (2005). *Sistemas Políticos Comparados*, Principia, 1ª edição, Cascais.
20. Payre, R. & Pollet, G. (2005). Analyse des politiques publiques et sciences historiques : Quel(s) tournant(s) socio-historique(s). *Revue française de Science politique*, vol. 55, nº1, février 2005, p. 154, Presses de Sciences Po.
21. Schriwer, J. e Martinez, C. (2004). In *The Global Politics of Educational Borrowing and Lending*, Teachers College, Columbia University, New York and London.
22. Schriewer, J. (2001). *Formas de Externacionalização no Conhecimento Educacional*. Cadernos Prestige 5. Lisboa: Educa.
23. Tolentino, A.C. (2007) *Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados em desenvolvimento: O Caso de Cabo Verde*. Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas. Lisboa.
24. Van Zanten, A. (2004). Le rôle de la connaissance dans la régulation du système éducatif en France : de la production à la réception. (excerto de :) Communication présentée au Colloque en hommage des 40 ans de la Direction de l’Evaluation et de la Prospective.

---

<sup>i</sup> <https://caboverde.opendataforafrica.org/> acedido pela ultima vez em 2020-09-28

<sup>ii</sup> <http://www.worldcat.org/identities/lccn-n79049658/> acedido pela ultima vez em 2020-09-28

<sup>iii</sup> <http://escritoreslusofonos.net/2018/10/22/andre-alvares-de-almada/> acedido pela ultima vez em 2020-09-28

<sup>iv</sup> Entenda-se aqui Costa Ocidental Africana.

<sup>v</sup> Carreira, A. (1972). *Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1787)*. Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.

<sup>vi</sup> [http://purl.pt/162/1/brasil/11\\_tratado\\_tordesilhas.html](http://purl.pt/162/1/brasil/11_tratado_tordesilhas.html) acedido pela ultima vez em 2020-09-28

<sup>vii</sup> Combinando aqui a situação geográfica de triangulação entre três continentes, Africa, América e Europa, com a data de criação do Estado de Cabo Verde (1975).

<sup>viii</sup> Schriewer, J. & Martinez, C. (2004). In “The Global Politics of Educational Borrowing and Lending”. Teachers College, Columbia University, New York and London.

<sup>ix</sup> A presente análise vai até 2015.

<sup>x</sup> Todos os parceiros transnacionais que desenvolveram cooperação multi e bilateral com Cabo Verde.

<sup>xi</sup> Aqui considerado o Estado na sua componente executiva/Governo – Ministério responsável pela educação que idealmente exerce a governação do setor integrando finanças, planeamento, relações exteriores...

<sup>xii</sup> Integramos aqui as escolas e espaços escolares governadas a nível local pelas delegações do ministério da educação

<sup>xiii</sup> Utilizando dados estatísticos da Unesco<sup>xiii</sup>, constatamos que a taxa líquida de escolarização para o ensino básico (do 1º ao 8º anos de escolaridade) é de 93,42 em 2018 e nesse mesmo ano para o ensino secundário (do 9º ao 12º anos) é de 70,43. Sendo a taxa de analfabetismo de aproximadamente 10% da população com idade superior a 15 anos.

<sup>xiv</sup> <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990> acedido pela ultima vez em 2020-09-30

<sup>xv</sup> [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692004000300001&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692004000300001&script=sci_arttext) acedido pela ultima vez em 2020-09-28

Rascunho de artigo para a Conferência Africa Knows.

**Painel:** History of Education in Africa (initiated by Paris – URMIS) A02

**Fernanda Marques**

**Cabo Verde – Locanacionalizar o global na educação**

---

<sup>xvi</sup> <https://www.un.org/fr/sections/about-un/funds-programmes-specialized-agencies-and-others/index.html> acessido pela ultima vez em 2020-09-28

<sup>xvii</sup> <http://www.unicv.edu.cv/> acessido pela ultima vez em 2020-09-30

<sup>xviii</sup> Formulário Google